

Do silêncio à palavra: A busca pela identidade coletiva das mulheres camponesas da região Centro Oeste Paranaense na década de 1980

Marisangela Lins de Almeida (SEED-PR)

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, o universo dos historiadores expandiu-se de forma vertiginosa, trazendo para o campo historiográfico estudos referentes à história social e cultural, no qual destacam-se os estudos referente às regiões, de fato a história passou a interessar-se por toda atividade humana, partindo do pressuposto que tudo tem uma história. Previamente, o que era considerado imutável passa a ser encarado como construção social e cultural, os objetos de estudos passam a incluir outros indivíduos esquecidos pela história tradicional, as fontes também tornam-se maleáveis, ela passa a dialogar com outras disciplinas e um dos pontos fundamentais: a realidade torna-se passível de mudança.

Desta maneira há, portanto, uma mudança estrutural nos estudos historiográficos, os métodos modificam-se, os objetos se ampliam e as fontes históricas também. Esta que era vista com descrédito pela história tradicional adquire grande valoração na reconstrução do passado, tornando-se fundamental no estudo das sociedades modernas. Paul Thompson, afirma que o valor da história oral está no fato de dar voz aqueles cujos pontos de vistas e valores são descartados pela história “vista de cima”. Dando, portanto, presença aos excluídos da história tradicional. Segundo ele a oposição a este tipo de fonte é mais fundamentada no sentimento do que no princípio. Para ele, a rejeição ocorre em virtude da apreensão dos historiadores mais velhos em relação a novo método de pesquisa, pelo medo de não mais comandarem as técnicas e perderem as “rédeas” de sua profissão (THOMPSON, 1978, p.63).

Peter Burke, porém, suspeita de outro motivo, este relacionado a razões mais profundas, visto que os historiadores vivem em sociedades alfabetizadas

e, como muitos dos habitantes de tais sociedades, inconscientemente tendem a desprezar a palavra falada, a rejeição se dá, portanto, pelo profundo respeito que os mesmos possuem pela palavra escrita. A sociedade alfabetizada moderna tende ao esquecimento dos que não comunicam-se através da linguagem simbólica, um dos efeitos de viver em uma sociedade dominada pela palavra escrita é o rebaixamento da palavra falada, nesta sociedade alfabetizada às pessoas que vivem às margens, vivem sobre o domínio do registro escrito. Para indivíduos e grupos alfabetizados, a escrita é fácil e deixa um rastro no tempo, o domínio da escrita confere poder e visibilidade, história das sociedades não alfabetizadas pareceria sem o auxílio da história oral (BURKE, 1992, p. 166).

Nesta linha, a história oral centra-se na memória humana e sua capacidade de recordar o passado segundo um testemunho vivido, constitui um elemento essencial de identidade à partir da percepção de si e dos outros em virtude da memória individual ter cunho coletivo. Para Paul Thompson a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisas em diferentes áreas. Segundo ele é preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando, portanto a evidência de fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Percebe-se que a memória é a base constituidora da história oral, porém são necessários alguns cuidados na utilização da mesma, pois não apresenta precisão e está relacionada ao imaginário dos indivíduos. Neste caso o historiador deve estar amparado em diversas fontes para que se possa manter a imparcialidade. Para Pierre Nora a memória é sempre um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e

laicizante, demanda análises e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica (NORA, 1993, p.9).

À partir destes pressupostos é possível verificar que alguns grupos de indivíduos permaneceram invisíveis ao longo dos estudos históricos, mas que na atualidade rompem o silêncio que lhes fora delegado, adquirindo visibilidade no estudo da história e da sociedade. Refiro-me a história das mulheres, estas que durante muito tempo foram confinadas ao silêncio. Os estudos sobre mulheres irrompem o final do século XX e consolida-se no século XXI, neste estudo a fonte oral torna-se uma grande aliada. O acesso da mulher a escrita foi tardio, portanto, elas deixaram poucos vestígios escritos ou materiais, advém daí a importância da oralidade, conferir visibilidade a história das mulheres. Michele Perrot afirma que escrever sobre elas é tirá-las do silêncio ao qual estavam confinadas, estas ficaram muito tempo fora dos relatos históricos, destinadas à obscuridade da reprodução, como se estivessem fora do tempo, submersas no esquecimento e sobre elas pesa grande silêncio. A historiadora analisa os motivos desta invisibilidade e afirma que um dos principais motivos é o fato das mulheres serem menos vistas no espaço público, o único que por muito tempo merecia interesse e relato. Elas atuam no espaço privado e isso as torna invisíveis. Este silenciamento não foi uma construção natural, sua aparição em público causava medo e era vista como sinônimo de desordem, um ataque a tranquilidade. Outro motivo refere-se ao silêncio das fontes, porque são pouco vistas, pouco se fala delas, Perrot argumenta que as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, o acesso das mesmas a escrita foi tardio e suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. As mulheres mesmas destroem esses vestígios, porque os julgam sem interesse por achar que sua história não tem importância. Quanto aos escritos masculinos sobre elas é reduzido e estereotipado, elas são imaginadas e representadas à partir de um ótica masculina. Porém, segundo ela, o silêncio mais profundo é o do relato, o relato da história constituído pelos primeiros

historiadores gregos e romanos, dizia respeito somente ao espaço público, do qual as mulheres não faziam parte. Falava-se dos grandes acontecimentos políticos e dos “grandes homens”(PERROT, 2012, p.16, 17, 18).

Deste modo, verifica-se que o silêncio e a invisibilidade afetam principalmente as mulheres, o efeito é mais terrível para as mulheres do campo, confinadas no espaço privado, o campo as invisibiliza ainda mais, visto que é marcado por tradições arcaicas extremamente fortes e o patriarcalismo as relega ao secundarismo, no trabalho e na palavra. Escrever sobre elas ela tirá-las deste silêncio e dar visibilidade as mesmas. Neste intuito, o presente estudo realiza uma análise sobre o movimento de mulheres camponesas na década de 1980 na região Centro Oeste Paranaense, este estudo dar-se-á através de análises de informações presentes na memória destas trabalhadoras, a memória oral discutida anteriormente será ferramenta imprescindível para este estudo, esta articulada com outras fontes contribuirá para a compreensão do imaginário social do período, buscando principalmente entender porque as ações destas agricultoras foram sendo construídas estruturalmente e ideologicamente ligados a um sindicalismo fortemente marcado pela presença do poder nas mãos masculinas, além disso busca-se entender as estruturas simbólicas que definiam os papéis sociais entre homens e mulheres através de vozes que irromperam o silêncio na busca por direitos sociais e de cidadania. Busca-se verificar também as rupturas e as permanências após este processo de mobilização de mulheres camponesas. Historicizando as circunstâncias em que surgiu examinando as relações com outros grupos sociais, principalmente do movimento sindical rural e igreja católica, verificando os discursos e as influências presentes nesta relação, percebendo o imaginário e as representações sociais sobre este grupo.

Neste sentido a desigualdade de gênero é percebida não somente como um sistema autônomo de relações sociais, mas intimamente ligada às relações de classe, relacionando diretamente o capital à subordinação e exclusão das mulheres, especificamente as do campo. O estudo de gênero portanto, não pode ser dissociado do conceito de classe, especificamente no

estudo e análise das mulheres trabalhadoras rurais da referida região, percebe-se tratar-se de um grupo formado historicamente relacionado às condições concretas e particulares em que estão situadas. De acordo com Thompson a classe não pode ser vista ou percebida isoladamente, mas articulada a condições materiais e culturais, para ele trata-se da experiência de homens e mulheres reais, e que devem ser estudados em seu movimento, suas particularidades, não somente como algo passivo do econômico, mas entrelaçado a aspectos culturais, sociais e econômicos. Segundo ele nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e deshistorizada do que a categoria de classe social; uma formação histórica autodefinidora que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores, mas os vetores (THOMPSON, 1981, p.57).

Nesta perspectiva de análise há forte articulação entre o conceito de gênero e a categoria analítica de classe, considerando que as relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais, pois, mesmo dentro das classes oprimidas, há desigualdades de condições de vida alicerçadas em outras formas de dominação, inclui-se, portanto, nesta categoria o gênero. Para compreender esta problemática relaciona-se diretamente o capital à subordinação e exclusão das mulheres. À medida que o modo capitalista de produção foi consolidando-se, a classe dominante passou a controlar a estrutura econômica e condicionou a superestrutura político-jurídico à proteção e manutenção das relações sociais que lhes favorecem, influenciando a sociedade ideologicamente e agindo no intuito da manutenção dos papéis sociais, incluindo o feminino ao espaço privado e o masculino ao espaço público. Nas palavras de Marx, as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante deste mesmo período histórico, pois ao controlar a força material controlar-se-á também as forças espirituais e os meios de produção e reprodução das ideologias dominantes, regulando a produção e

distribuição de ideias, estas dominantes desta época (MARX e ENGELS, 1991. p.72).

Tratando-se das relações de poder e sua ligação com o gênero no meio rural, observa-se a resistência como uma reação dialética entre o exercício do poder e a capacidade de ser afetado, sendo que seus efeitos podem provocar mudanças nessas relações. Na década de 1980 na região Centro Oeste do Paraná verifica-se a existência de um movimento de mulheres camponesas articulado ao sindicato dos trabalhadores rurais do município de Pitanga, ligado diretamente à ideologia camponesa, já que estruturou-se a partir do movimento dos agricultores da referida região. Fundado em 1984 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga foi o elemento fundamental da organização camponesa feminina, pois o mesmo ligado a Central única dos Trabalhadores, a Comissão Pastoral da Terra e ao Partido dos Trabalhadores, estimulavam a prática do sindicalismo rural no país, definindo parâmetros de organização e formação sindical, “disponibilizando” seus canais de mobilização para que os produtores e produtoras rurais protestassem contra a ineficiência do Estado nas questões agrárias neste período.

Salienta-se que as discussões e as demandas por direitos e reivindicações do trabalhador do campo remontam 1970, principalmente aqueles ligados aos pequenos produtores rurais, esses novos atores foram também incorporando as suas discussões e reivindicações questões referentes às mulheres agricultoras, que despontam na década de 1980 como sujeitas na luta por direitos e condições para igualdade de gênero. A criação do sindicato que representasse a classe trabalhadora rural adquiriu notoriedade na região, tanto que o jornal Folha de Londrina divulga uma nota em 17 de março de 1985, tornando pública o resultado das eleições para a composição de órgãos de administração e representação dos associados, divulga também os nomes dos membros que compõem a diretoria e os suplentes. Observa-se nesta nota uma reduzida participação feminina na composição dos integrantes, apenas uma mulher uma entre doze homens. Falar, reivindicar, defender ideias, discutir, fazer-se notar entre falas hegemônicas masculinas é uma conquista

das mulheres através de um processo social, cultural e econômico. Neste contexto, observa-se que as camponesas são as mais silenciosas das mulheres, de fato, são poucas as que rompem a invisibilidade que a sociedade as delegou, suas vidas e seu cotidiano quase escapam a história, a ideologia patriarcalista fortemente marcada pela dominação masculina e definição de tarefas e papéis sociais rígidos tornam- as alicerçadas a um cotidiano rural, a um espaço privado, silencioso. Através de uma luta constante por seus direitos, estas trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública, onde o avanço destas lutas congregava homens e mulheres nas organizações sindicais. À partir das relações de produção, visualizadas também no campo, entende-se, portanto, a condição da mulher como parte das relações de exploração na sociedade de classes.

Pelos caminhos tradicionais da história, as mulheres não participaram de modo visível, neste intuito a memória oral é de fato valorosa na compreensão dos silêncios de sua trajetória no campo historiográfico e no estudo específico das mulheres camponesas, possibilita a reconstituição das desigualdades de gênero, sendo, portanto, uma revanche com relação à história tradicional. Um novo aparato na condução das pesquisas referentes aos “silenciados”, exprimindo a consciência individual e coletiva dos envolvidos. Indagadas sobre a origem de suas trajetórias no movimento sindical, afirmam que as suas preocupações com as questões sociais surgiram no seio da CPT, ligada a anseios religiosos, especificamente os círculos bíblicos nas comunidades interioranas, verificando, portanto, a influência de um discurso de uma ala progressista da igreja católica com parâmetros explícitos da teologia da libertação. Curiosamente, a mesma instituição que as influenciaram no processo de luta é a mesma que as confinaram num processo de subserviência, secundarismo e silenciamento: “Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão. Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno”¹, a sua falta

¹ Refere-se à epístola do apóstolo Paulo para Timóteo: capítulo 2, versículo 11, 12, 13, 14 e 15.

é convertida, portanto, num castigo de silenciamento e, portanto, de invisibilidade. Ora, escrever sobre as mulheres é tirá-las do silêncio em que estavam confinadas e torná-las visíveis na história, atuantes e agentes nas transformações sociais.

Há, portanto, uma ligação da luta do movimento de mulheres camponesas com a luta de toda classe trabalhadora rural. A busca pela transformação social não exclui e nem tem prioridade sobre as lutas específicas como a das mulheres, pelo contrário, as relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais e, portanto, não existe uma oposição entre questão das mulheres e questão da sociedade. Os mundos do trabalho, da política e da cultura também se organizam conforme a inserção das mulheres e homens, a partir de seus papéis masculinos e femininos. Portanto, não existe uma luta geral e depois uma específica, mas em todas as situações que queremos modificar, temos que considerar a superação das desigualdades entre homens e mulheres (NOBRE e FARIA, 1997. p. 31).

Deste modo, as ações destas agricultoras foram construídas estruturalmente e simbolicamente ligadas a um sindicalismo agrário fortemente marcado pela centralização do poder nas mãos masculinas. Reflete-se no fato de perceber no discurso destas mulheres a necessidade de uma legitimidade moral, no imaginário social vigente havia a possibilidade e talvez a necessidade da participação das mesmas no espaço público desde que não negligenciassem as atividades domésticas, não devendo, portanto, quebrar radicalmente o padrão de comportamento estabelecido pelo patriarcalismo rural, agindo compativelmente com a prescrição cultural e com os requisitos básicos do *habitus social*². Reforça este pensamento o fato de serem raras as

²Concebo o conceito de *habitus* como um instrumento que auxilia na reflexão sobre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos, através dele é possível pensar a constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo; um sistema de orientação consciente ou inconsciente, o *habitus* predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas, um princípio mediador entre as práticas individuais e as condições sociais. Para Bourdieu o *habitus* é um conceito que auxilia a apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social. Para ele as situações em que as dimensões da etnicidade, nacionalismo e gênero são estimuladas por conflitos diversos, é possível uma reorganização das percepções e novas tomadas de posição pelos agentes. Os ajustamentos são incessantemente impostos pelas necessidades de

mulheres que participaram nos cargos de direção e diretamente na política do período. Atas referem-se a organização feminina na década de 1985, especificamente as reuniões, como um movimento de mães e esposas trabalhadoras rurais. As obrigações familiares e o trabalho doméstico deveriam estar contrabalançados com as reuniões do Movimento, visto por ela como fundamentais na afirmação de sua cidadania, mas sem “sacrificar” os afazeres domésticos.

Segundo Pierre Bourdieu quando os dominados na relação de forças simbólicas entraram na luta em estado isolado, como é o caso das interações na vida cotidiana, não tem outra escolha a não ser o da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante de sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste a imagem de si o menos afastado possível da identidade legítima (BOURDIEU, 2000, p.124). Deve-se, portanto, ter cuidado no triunfalismo feminino de avanços, as ações das mesmas estavam cercadas por uma macroestrutura patriarcalista, envolta em discursos masculinos e estruturas reprodutoras de conceitos, ideologias arraigadas à valores familiares burgueses hegemônicos, não deve ser esquecido porém, que estas mulheres atuaram no sentido de garantia de direitos fundamentais para elas e os trabalhadores do campo de forma geral, elas revelaram sua força e colocaram na pauta das discussões políticas os problemas do campo, dando maior visibilidade ao mesmo.

Cabe ressaltar que, como citado anteriormente os movimentos feministas da Inglaterra na década de 1960 e na França alguns anos depois, possuíam caráter emancipatório, almejavam uma modificação nas estruturas, com reivindicações mais amplas, como por exemplo a emancipação sexual, a autonomia para utilização de métodos contraceptivos e traz à tona questões

adaptação às situações novas e imprevistas podem determinar transformações duráveis do *habitus*, mas dentro de certos limites: entre outras razões porque ele define a percepção da situação que o determina (BOURDIEU, 1983, p. 106).

referentes à violência doméstica, a abuso sexual, portanto, possuía características libertárias e emancipatórias mais radicais, emancipar-se seria equiparar-se ao homem em direitos, já libertar-se seria ir mais adiante, referindo-se inclusive a libertação sexual. Em contrapartida, verifica-se através do discurso das mesmas que o movimento das mulheres camponesas não possuía caráter libertário, pois as mesmas não sentiam necessidade de quebrar parâmetros de comportamento estabelecidos pela sociedade, pelo contrário, precisavam de uma legitimidade moral, agindo compativelmente com os parâmetros culturais pré- estabelecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de gênero foram construídas historicamente e suas desigualdades socialmente construídas e enraizadas de forma tão profunda que mesmo na contemporaneidade não são processos simples de serem modificados, principalmente no espaço da ruralidade, onde as tradições são fortes e rígidas. Entretanto, a desigualdade de gênero no campo não pode ser percebida como fator isolado, e sim como parte de um arsenal de outras desigualdades, os problemas sociais nas regiões mais pobres afetam a todos, porém as consequências mais profundas recaem sobre as mulheres. Neste sentido as mobilizações sociais de classe desempenham um papel fundamental na luta de mulheres do campo em busca de políticas afirmativas para as mesmas. Estas mobilizações femininas não visam substituir uma dominação masculina por uma feminina, mas garantir a manutenção da vida na comunidade rural de forma igualitária e justa, já que são as mulheres as mais atingidas pela exclusão social e vulnerabilidade, portanto, sua mobilização deve ser entendida como uma luta de valorização dos trabalhadores do campo. Estas mobilizações de mulheres na década de 1980 marcaram a prática do sindicalismo rural no país, trazendo para o espaço público questões recorrentes a pauta dos trabalhadores do campo e os problemas relacionados às questões de gênero, como a demanda por igualdade de direitos, reivindicando um olhar mais atencioso do poder público para elas e para os trabalhadores rurais.

Faz-se necessário que estudos sobre gênero avancem para que os debates se ampliem e para que estas novas práticas discursivas confirmem maior visibilidade às mulheres do campo, principalmente em virtude do fato que, após o processo de mobilização que as levaram aos seus direitos sociais na década de 1980 e 1990 diminuiu-se as discussões de gênero no entorno do movimento campesino. Ainda há muito a reivindicar e que se fazer para que as transformações das relações de gênero e poder sejam efetivadas e as desigualdades superadas, principalmente no campo.

Estudos voltados para esta problemática adquirem relevância, na medida em que pode-se perceber como era a apresentação e organização dos movimentos rurais e como estes estudos voltados a classe podem articular-se com os estudos de gênero, ainda de que forma o gênero pode ser correlacionado à pauperização das populações rurais e a criminalização dos movimentos sociais. Estas considerações referem-se a elementos de memória que podem ser úteis para o entendimento deste movimento pesquisado, fornecendo subsídios analíticos para a compreensão das transformações políticas e socioeconômicas neste cenário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. O que é Feminismo. São Paulo: Brasiliense S/A, 1983.

BOURDIEU. Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Florianópolis: Estudos feministas, 2004.

BURKE, Peter. A Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campos. 1997.

_____, **Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria.** História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: **CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.)** Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio. 1^oed. Buenos Aires: CLACSO. 2011.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. História das mulheres no ocidente: a antiguidade. V.1. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

_____, **História das mulheres: do renascimento à idade moderna.** v. 3. Porto: Afrontamento, 1991.

CHARTIER, Roger. Verbete Imagens. In: **Burguière, André.** Dicionário das ciências históricas. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

_____. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FOUCAULT, Michel. Estratégias, poder-saber. Coleção Ditos e escritos (IV), Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HOBSBAWM, Eric. Rebeldes Primitivos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____, **Eric.** Homem e mulher: imagens de esquerda. In: **Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre a história operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, **Eric.** A história de baixo para cima. In: **Sobre História.** São Paulo. Companhia das letras, 1998.

_____, **Eric.** Ocupações de terras por camponeses. In: **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

_____, **Eric.** Da história social à história da sociedade. In: **Sobre História.** São Paulo: Companhia das letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

_____, Jacques; NORA, Pierre. História – novos problemas, novas abordagens, novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo; Editora da UNESP, 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma “História Visual”. In: MARTINS, José de Souza, ECKERT, Cornélia e NOVAES, Sylvia Caiuby Novaes (orgs.). O imaginário e o poético nas Ciências Sociais. Bauru: Edusc, 2005.

NOBRE, Miriam e FARIA, Nalu. Gênero e Desigualdade. Cadernos Sempreviva. São Paulo, SOF- Sempreviva Organização Feminista, 1997.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 8ªed. São Paulo: Hucitec, 1991.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: contexto, 2012.

_____, Michelle. Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v.20, 1995.

_____, História das mulheres. In: Burke, Peter. A escrita da história. São Paulo: Novas perspectivas, Unesp, 1992.

_____, Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

TEDESCH, Losandro Antônio. Mulheres camponesas na região noroeste do Rio Grande do sul: Identidades e representações sociais (1970-1990). Tese de doutoramento- UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

_____, Do silêncio à palavra: construções e perspectivas em gênero no meio rural do noroeste do Rio Grande do Sul. 2002. Dissertação de mestrado- UNISINOS, São Leopoldo, 2002.

THOMPSON, Paul. In BURKE, Peter. A Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

_____, Paul. A voz do Passado: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária Inglesa: A árvore da liberdade. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.